

POLÍTICAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,
Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs.
Membros do Governo:

Talvez como nunca, na história recente do mundo, do país e da região, o bem-estar das pessoas, a sua segurança e o seu conforto tenham estado (ou é imperioso que estejam) tão no centro das preocupações de quem governa. Num mundo que enferma das mais letais maleitas – este capitalismo desenfreado a que nos obrigam os mercados e de que ficamos reféns; a calamidade, sem precedentes, do terrorismo a entrar-nos pelos olhos e pela alma dentro; o drama dos refugiados, a que assistimos, estupefactos e vulneráveis, mas também tomados de horror pela possibilidade de sermos parte de uma Europa onde crescerá a xenofobia, alimentada por uma extrema-direita cega e feroz –, num mundo tantas vezes assolado pela crueza da indiferença, viver nestas ilhas continua a ser, de alguma forma (convenhamos), um pequeno/grande privilégio. É obrigatório, contudo, que continuemos a concentrar-nos, sem tréguas, na busca das soluções mais equilibradas para os Açores e para a vida dos açorianos (os que aqui nasceram e os que aqui se fixaram e contribuem para que sejamos esta região plural e inclusiva).

Se precisássemos de uma prova de que estas preocupações têm representado sempre um dos grandes esforços deste Governo Regional, pois bem, este Plano que hoje nos apraz analisar deixa isso bem claro. Deixa claro que, para

este Governo Regional, a área social – e, portanto, a melhoria das condições de vida daqueles que, por razões diversas como a precariedade económica, a velhice ou a doença, se encontram em situações mais frágeis – representa uma inequívoca prioridade. Como deixa claro que não só não deixamos ninguém para trás, como tudo faremos para garantir um verdadeiro passo em frente, seguro e consequente, a quem, por motivos vários, se encontra numa caminhada vacilante.

Embora ainda todos sintamos com nitidez os efeitos nefastos a que o fanatismo da austeridade nos votou nestes últimos anos e que os dados mais recentes sobre a pobreza em Portugal demonstram, com os mais frágeis (as crianças, os idosos) a liderarem essas estatísticas angustiantes do empobrecimento, o facto é que as políticas direccionadas para a Solidariedade Social deste Governo Regional socialista conhecem, para 2016, um acréscimo global de cerca de 20%. Pretende-se, por um lado, que nos Açores esses efeitos sejam, tanto quanto possível, amenizados; e, por outro, há que dar continuidade a investimentos muito consideráveis nos cinco eixos respeitantes a esta área: Apoio à Infância e Juventude; Apoio à Família, Comunidade e Serviços; Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais; Apoio a Idosos; e Igualdade de Oportunidades.

Revela-se fundamental, para 2016, dar continuidade ao trabalho de dotar a Região de uma Rede de Equipamentos, Serviços e Respostas Sociais cada vez mais consistente, mais modernizada e que responda de forma sempre mais ajustada às reais necessidades das pessoas, das famílias e da comunidade. A título de exemplo, percorrendo o arquipélago e os vários eixos, podemos referir a remodelação da creche “O Castelinho” na Horta, a requalificação de Lar de Infância e Juventude na Praia da Vitória, a

reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência, a construção de cozinha afeta ao Serviço de Apoio ao Domicílio da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa, a requalificação do serviço de Apoio ao Domicílio do Corvo e de Santa Cruz das Flores, mas também a prossecução da Rede de Cuidados Continuados dos Açores e um conjunto de apoios a projetos de intervenção social, visando a promoção da inclusão de idosos, de pessoas com deficiência e incapacidade e de minorias sujeitas a discriminações múltiplas.

A par dos investimentos definidos no Plano, importa igualmente garantir que aos açorianos que atravessam maiores dificuldades cheguem apoios que lhes permitam enfrentá-las com segurança e com dignidade, longe das ajudinhas assistencialistas e caritativas tão caras a Passos Coelho e os seus séquitos. É com esta firme convicção que o Governo Regional mantém e fortalece os apoios sociais, quer através do COMPAMID, que tem facilitado aos idosos a aquisição de medicamentos, quer por via do complemento regional de pensão e do complemento regional ao abono de família – ambos reforçados em 2016 –, quer ainda através do Complemento Especial para o Doente Oncológico.

A extraordinária evolução da Rede Regional de Serviços e Equipamentos Sociais (que julgo que ninguém nesta sala, em consciência, ousará negar) tem sido desenvolvida sempre em estreita parceria com as IPSS's e Misericórdias, num investimento superior a 55 milhões de euros. Em 2016 assistiremos, pois, à prossecução do contributo da Estrutura de Missão de Acompanhamento ao Financiamento das Respostas Sociais dos Açores, EMAFReSA. A equipa concluiu já o trabalho ao nível dos Lares de Idosos e procederá agora a alguns ajustes necessários no âmbito do Serviço de Apoio

ao Domicílio, avançando, de seguida, para as estruturas residenciais de apoio aos cidadãos portadores de deficiência – sempre, de modo incessante, com o fito de melhor responder às necessidades dessas instituições e dos seus utentes.

No âmbito da reestruturação do serviço de apoio ao domicílio a idosos e dependentes, impõe-se uma referência ao Programa de Apoio Dirigido ao Cuidador, que visa proporcionar algum alívio ao cuidador informal, prevenindo situações potencialmente graves de desgaste físico e emocional, e dotando-o de estratégias que o auxiliem na sua tão importante tarefa. Portanto, o investimento faz-se na diferenciação das respostas: por um lado, alargando e melhorando a rede de Lares da Região, procurando sempre melhorar a qualidade dos serviços prestados; e, por outro, tudo fazendo para que os idosos possam manter-se nas suas casas e na comunidade a que pertencem, por tanto tempo quanto possível, apoiados e acompanhados com toda a dignidade (eles e quem deles cuida). Atente-se apenas, em jeito de exemplo e para ilustrar o que acabo de dizer, no facto de o Governo Regional avançar, em 2016, com a construção de Centros de Dia em São Miguel, Terceira e Faial e do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo. As respostas disponíveis, portanto, para além de crescerem em número e em capacidade, tendem a especializar-se, colmatando necessidades concretas da nossa população mais envelhecida.

Assistiremos igualmente, em 2016, numa frente diferente, à consolidação dos Polos Locais de Desenvolvimento por toda a Região, que permitem, com o envolvimento das várias instituições locais, a rentabilização das valências sociais existentes e a obtenção de soluções necessariamente mais

consentâneas com a realidade local, e direcionadas, em total proximidade, à idiossincrasia dos lugares e dos seus habitantes.

Ao nível da habitação, salientamos o facto de as alterações legislativas recentemente aprovadas nesta Câmara permitirem assegurar que mais famílias serão apoiadas no âmbito do incentivo ao arrendamento. Em toda a política deste sector, pretende-se, grosso modo, persistir no apoio às pessoas e às famílias, com vista à resposta habitacional mais adequada para cada agregado.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todo o ser humano é único. Toda a comunidade é ímpar. A quem legisla e a quem governa compete, por assim dizer, encontrar a regra que melhor responda a cada exceção. Ou seja, encontrar uma via geral de resposta, que derive para a singularidade de cada necessidade. Assim tem sido o trabalho deste Governo Regional em matérias sociais: buscar sempre a solução que mais amplamente acuda às necessidades da população, sem nunca descurar as particularidades dos lugares e das pessoas. O ano de 2016 dará continuidade, aumentando-a e reforçando-a, à prioridade que este Governo Regional tem conferido, pois, à área social. Cresce em termos absolutos, cresce em termos relativos – mas cresce sobretudo naquilo que mais importa: nas soluções de que os açorianos necessitam, dos mais novos aos mais idosos, dos que se confrontam com a doença aos que enfrentam a precariedade económica.

Dizer-vos que muito já foi feito mas que muito ainda há para fazer parecerá um lugar-comum. E é-o, precisamente, enquanto expressão usada para dizer de uma ideia muitas vezes repetida: porque para este Governo Regional, atento à complexidade humana e à evolução constante das necessidades das pessoas, das família e da comunidade, nunca nada, em matéria de política social, é estanque ou está encerrado. Tudo é um processo, que começa e acaba nas pessoas.

Finalizo, permitam-me, um pouco como comecei: num mundo tão terrivelmente vergado ao medo e à dor, o grande investimento é este: na segurança e no bem-estar de quem aqui vive. O Partido Socialista e este Governo Regional sabem-no bem e irão sempre até ao limite das suas competências para estar à altura dos Açores e dos açorianos.

Disse.

Horta, sala das sessões, 24 de novembro de 2015

A Deputada: Renata Correia Botelho